

REVOLTA DE 5 DE JULHO DE 1924

Movimento também chamado de *Segundo 5 de julho*, irrompido em Sergipe, Amazonas e São Paulo. Foi dominado com rapidez nos dois primeiros estados, mas em São Paulo os rebeldes controlaram a capital por três semanas e só então se deslocaram para o interior, onde, aliados a revolucionários gaúchos, viriam a formar a Coluna Prestes.

ANTECEDENTES

Do ponto de vista político, o início dos anos 1920 foi tumultuado. A campanha para a sucessão do presidente Epitácio Pessoa prevista para 1922, em meio a uma séria crise econômica, opôs a candidatura de Nilo Peçanha, que gozava da simpatia dos militares, à do mineiro Artur Bernardes, candidato oficial. A campanha foi violenta, agravada pelo episódio que ficou conhecido como as “cartas falsas”, nas quais o candidato governista teria ofendido o marechal Hermes da Fonseca. O falsário foi descoberto. Artur Bernardes venceu a eleição, mas teve de enfrentar violenta oposição. Em final de mandato, o presidente Epitácio Pessoa enfrentou a insurreição militar de 1922, primeira revolta tenentista, que teve início na Vila Militar e na qual tomaram parte efetivos da Escola Militar do Realengo e do forte de Copacabana. O movimento, desencadeado no dia 5 de julho, foi debelado, seus líderes foram presos, e o estado de sítio foi decretado. Empossado em novembro, Artur Bernardes iria governar quase que em permanente estado de sítio.

No decorrer do ano de 1923, militares insatisfeitos decidiram articular uma conspiração, organizando “centros cívicos” em vários estados para através deles difundir o plano de uma insurreição que tinha como objetivo derrubar o presidente Artur Bernardes e implantar um mal definido programa revolucionário. O movimento era liderado pelo general reformado do Exército Isidoro Dias Lopes e pelos capitães Joaquim e Juarez Távora. A articulação contava com o apoio de Nilo Peçanha. Um agravante da insatisfação dos militares decorreu da decisão de dezembro de 1923, enquadrando oficiais envolvidos no levante de 1922 no artigo nº 107 Código Penal, que previa perda de patente e expulsão do Exército.

Motivos táticos levaram à escolha de São Paulo para o início do movimento, que deveria também irromper nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso. A data escolhida foi o 5 de julho, mesmo dia da insurreição do forte de Copacabana em 1922. O elemento surpresa fazia parte do plano, que teria início com a ocupação de ruas de São Paulo, a abertura de trincheiras, asublevação dos quartéis, a ocupação do palácio do governo e organização de uma marcha revolucionária para depor o presidente Bernardes no Rio de Janeiro.

A REVOLTA

Na madrugada do dia 5 de julho de 1924, a população da cidade de São Paulo foi surpreendida pelo troar de canhões. Bombas eram dirigidas à Estação da Luz e ao bairro dos Campos Elísios, onde se situava o palácio do governo. Iniciava-se o levante de uma ala do Exército sob o comando do General Isidoro Dias Lopes.

Os bombardeios atingiram não apenas os Campos Elísios, mas também outros bairros, as comunicações telefônicas foram interrompidas e o fornecimento de energia elétrica sofreu cortes. Os quartéis da 2^a Região Militar e da Força Pública foram ocupados, e seus comandantes, respectivamente general Abílio Noronha e coronel Domingos Querino Ferreira, foram presos. O comando revolucionário foi instalado no quartel-general da Força Pública.

Já no dia 6, o presidente Artur Bernardes solicitou ao Congresso Nacional a decretação do estado de sítio e enviou para Santos os *destroyers Bahia* e *Alagoas*, bem como o encouraçado *Minas Gerais*, com um efetivo de mais de três mil homens. Carlos de Campos, presidente do estado de São Paulo, deixou o palácio dos Campos Elísios e transferiu a sede do governo para Guaiaúna, na Zona Leste da cidade, próximo ao bairro da Penha. Os revoltosos formaram uma junta militar presidida pelo general Isidoro Dias Lopes, da qual participavam o general Augusto Ximeno de Villeroy, o marechal Odílio Bacelar Randolpho, os majores Bertoldo Klinger e Miguel Costa. Pretendiam entregar o governo de São Paulo ao conselheiro Antônio Prado, mantendo Firmiano Pinto no cargo de prefeito da cidade. No

dia 9, tomaram conta do palácio do governo.

Os bombardeios continuavam, e os moradores dos bairros mais atingidos – Luz, Campos Elísios, Bom Retiro, São Caetano, Santana e imediações dos quartéis – deixavam apressadamente suas casas e buscavam abrigo com parentes e amigos em bairros periféricos. Víveres começavam a escassear. Saques ocorriam com a conivência dos revoltosos, que pretendiam com isso obter apoio da população. Pessoas de mais recursos fechavam as casas e partiam para o interior. Combates sangrentos se travavam em vários pontos da cidade. Feridos eram levados à Santa Casa de Misericórdia, onde voluntários colaboravam no atendimento. A Cruz Vermelha apelava à população, e automóveis particulares foram cedidos para a remoção dos feridos. Foram muitos os mortos. No dia 10, os revoltosos pareciam senhores da situação. A manchete do *Jornal do Comércio* informava: “Levante militar. As forças sublevadas triunfaram ocupando a capital”.

A estratégia do governador Carlos de Campos, instalado em Guaiaúna, consistia em promover o cerco da cidade impedindo a saída dos revoltosos para Santos ou para o Rio de Janeiro, assim como a chegada de reforços por mar ou por terra. No vale do Paraíba, tropas legalistas comandadas pelo general Sócrates impediriam a passagem de tropas mineiras. O cerco se completava com a ocupação do ramal da São Paulo Railway a leste e com o reforço das posições do governo no ramal de Itararé, ao sul. Combates sangrentos prosseguiram entre legalistas e revoltosos. Governo e opositores recorriam a aviões para avaliar as forças adversárias e até mesmo para lançar panfletos. O comando revolucionário buscava a adesão da população oferecendo vantagens materiais aos que aderissem.

Uma comissão de pessoas de projeção foi formada para solicitar ao presidente Bernardes a cessação dos bombardeios sobre a cidade. Era constituída pelo prefeito da capital, Firmiano Pinto; pelo arcebispo metropolitano, dom Duarte Leopoldo e Silva; pelo presidente da Associação Comercial de São Paulo, José Carlos de Macedo Soares, e pelo presidente da Liga Nacionalista, Frederico Vergueiro Steidel. O governo federal refutou todas as tentativas de diálogo, propondo o fim de sua ação. O comandante da 2ª Região Militar, general Abílio Noronha, aprisionado pelos rebeldes, buscou intermediar uma proposta de

entendimento que fracassou, pois Isidoro impunha como condição para o diálogo a deposição de Artur Bernardes.

Carlos de Campos, perante uma comissão presidida pelo arcebispo de São Paulo, também manifestou o propósito de não ceder. Os bombardeios recrudesciam e as consequências para a cidade eram desastrosas. Isolados e sem perspectivas de vitória, os revoltosos admitiram a inutilidade dos esforços e decidiram deixar a cidade, partindo em comboios nos dias 27 e 28 de julho.

No dia da partida, 28 de julho, o general Isidoro, através de uma proclamação publicada na imprensa, agradeceu à população paulista e declarou que a semente do espírito revolucionário estava lançada. As tropas revolucionárias perseguidas embrenharam-se pelo interior do estado dirigindo-se ao Paraná e aí se juntaram às tropas rebeldes que vinham do Rio Grande do Sul chefiadas por Luís Carlos Prestes. Formaram a Coluna Prestes, que durante dois anos percorreu o país pregando a revolução social em uma guerra de movimento.

No dia 29, com a vitória das forças legalistas, o presidente Carlos de Campos retornou ao palácio dos Campos Elísios. A vida da cidade buscava o retorno à normalidade.

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang

FONTES: BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; CARONE, E. *Revoluções*; COHEN, I. *Bombas*; CORREA, A. *Rebelião*; LANG, A. *Um fato*; LOVE, J. *Locomotiva*.